

Biotecnologia na Amazônia

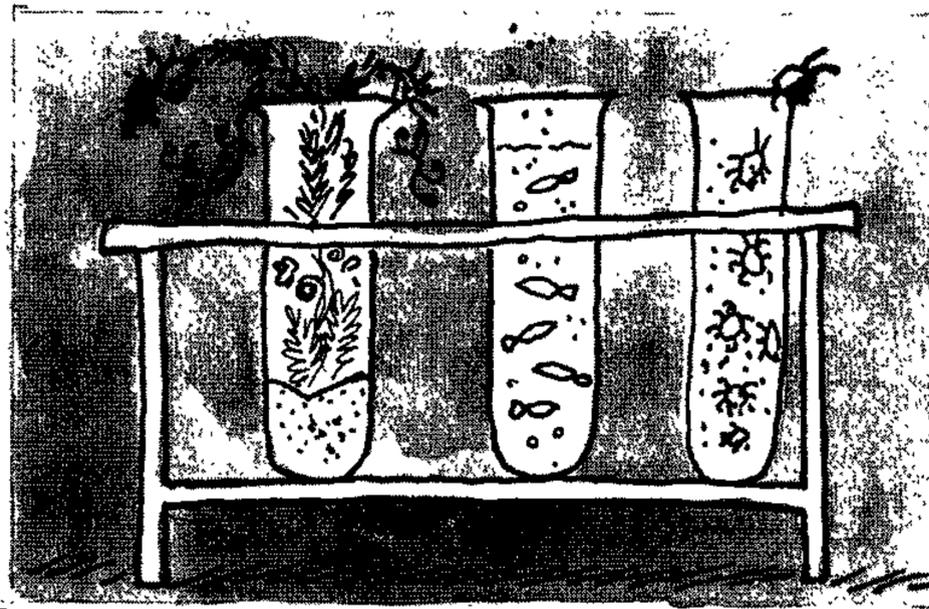
José Seixas Lourenço e Wanderley Messias da Costa

Existe uma certa unanimidade entre pesquisadores do País e do exterior, especialistas em geral, empresários e lideranças diversas sobre a necessidade urgente de se tomar iniciativas envolvendo a exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia.

Quanto ao governo federal, a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal e a Agenda Amazônia 21 sinalizam justamente na direção de uma estratégia de desenvolvimento para a região que envolva tecnologias avançadas nesse campo, a combinação eficiente do uso intensivo de recursos naturais, da sua conservação como capital natural renovável e da máxima agregação de valor a esses produtos.

A promissora parceria entre governo federal, nas áreas de meio ambiente, ciência e tecnologia e desenvolvimento regional, governos estaduais, representantes dos setores empresariais e a comunidade científica propiciou a elaboração do Prohem/Amazônia — Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia.

Trata-se de um programa reconhecidamente inovador e original: ele envolve a identificação e a articulação de uma rede de laboratórios e grupos de pesquisa do País e especialmente da região, com o apoio dos mais prestigiados pesquisadores dessa área no exterior, um forte componente de capacitação tecnológica e, no centro dessa complexa rede, um núcleo de excelência e de coordenação — o Centro de Biotecnologia da Amazônia — cuja sede será em Manaus, e será lançado oficialmente pelo vice-presidente da República



A MELHOR FORMA DE COMBATER
A BIOPIRATARIA É ESTABELEECER
NO PAÍS UMA COMPETÊNCIA
BIOTECNOLÓGICA DE PADRÃO ELEVADO

hoje, 3 de novembro.

Planejado para reunir um grupo de excelência em pesquisas básicas e aplicadas e os mais sofisticados equipamentos em seus laboratórios, esse centro deverá atuar em atividades estratégicas para a região e o País: bioprospecção avançada, isto é, identificação e extração de princípios ativos de plantas e animais para uso farmacêutico, tais como antibióticos, drogas antineoplásicas, substâncias anti-hipertensivas, substâncias neuroativas, imunomoduladores; produtos diversos como materiais para cosméticos, corantes naturais, aromatizantes, óleos essenciais, polímeros biodegradáveis, feromônios, bioinseticidas seletivos, enzimas de interesse biotecnológico, dentre outras.

Além disso, dele farão parte ati-

vidades essenciais para o sucesso de um empreendimento desse tipo: certificação de produtos com selo de qualidade próprio para produtos naturais em geral, patenteamento e controle da propriedade intelectual, incubação de empresas e comercialização de produtos e tecnologias.

Para a Amazônia e para o Estado do Amazonas em particular, esse programa tem um valor realmente especial. Ele representa a possibilidade concreta de criar um campo inovador de oportunidades de investimentos que permitirá o início da necessária diversificação das atividades industriais da Zona Franca de Manaus, hoje concentrada sobretudo em produtos eletroeletrônicos. Sob esse aspecto, a adesão da Secretaria Especial de Políticas Regionais e

particularmente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) a esse programa proporcionou a sua característica atual e o seu desdobramento como agente de mudanças no padrão de desenvolvimento econômico da região.

Do nosso ponto de vista, portanto, estamos plenamente convencidos que são iniciativas como essa que deverão mostrar-se como as mais eficientes no combate às atividades predatórias dos recursos naturais e da biodiversidade da Amazônia. Por outro lado, entendemos que a melhor forma de combater a biopirataria é estabelecer no País, e em especial na região, uma competência biotecnológica de padrão elevado.

Por último, estamos convencidos de que o sucesso desse programa pressupõe o respeito a dois princípios básicos:

1) o uso da biodiversidade deve propiciar a todo custo a sua conservação e o retorno da renda gerada com esse uso para aqueles que tradicionalmente convivem com ela;

2) o estabelecimento de uma competência técnica enraizada no País e em particular na própria Amazônia, resultante da combinação de pesquisa de alto nível com estágios mais avançados da estrutura produtiva.

José Seixas Lourenço é secretário de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente

Wanderley Messias da Costa é diretor de Programas e Projetos da Sec. de Coord. da Amazônia

3/11/97
JT
2-A